

## ANEXO I – Termo de Referência

**Fundamento legal** - Dispensa de Licitação realizada sob a égide da Lei Federal nº 14.133/2021, com base no inciso II c/c § 3º do art. 75

### 1. Objeto

Aquisição de Insumos de uso cotidiano no laboratório de efluentes para a realização das análises de controle do processo de tratamento de esgotos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

### 2. Justificativa

A aquisição de insumos para o laboratório de efluentes é uma solução definitiva para a realização dos testes e implementação de novas metodologias para o aprimoramento da capacidade de tomada de decisão na ETEMAC.

### 3. Da Especificação do Objeto

Item	Descrição	Unid.	Quantidade
01	BOLSA DE COLETA CONFECCIONADA EM PLASTICO DESCARTAVEL, ESTERIL, COM TARJA DE IDENTIFICACAO E PRESERVADA COM TIOSSULFATO DE SODIO, CAPACIDADE PARA 100 ML, COM CERTIFICADO DE ANALISE.	UN.	100
02	PADRAO NITROGENIO TOTAL KJELDAHL 1000 MG/L.	ML	200
03	TUBOS DE DIGESTAO EM BOROSSILICATO PARA ANALISE DE NITROGENIO KJELDAHL. Ø50x300 mm, 400 ml. MARCA REFERÊNCIA VELD.	UN.	12
04	SUPORTE PARA TUBOS DE ENSAIO DE 400 ML. TUBOS MACRO PARA ANÁLISE DE NITROGÊNIO NTK E AMONÍACAL PELO MÉTODO KJEDHALL. SUPORTE COM 12 POSIÇÕES. MARCA REFERÊNCIA, VELD	UN.	1
05	SOLUÇÃO PADRAO DE DEMANDA QUIMICA DE OXIGENIO (DQO) DE 1000mg/L.	ML	200
06	LAMINA DE FIBRA DE VIDRO PARA ANALISADOR DE UMIDADE OHAUS MB45	UN.	1600
07	COMPRIMIDOS PARA TESTE DE CONTROLE DE ANALISE DE DBO. 314 +/- 30MG/L.	UN.	50
08	MATERIAL DE REFERENCIA CERTIFICADO PELA ISO 17034, SOLUCAO PADRAODE CONDUTIVIDADE ELETROLITICA 1000 µS/CM, COM CERTIFICADO DE ANALISE.	ML	500

09	FRASCO LABORATÓRIO, TIPO:REAGENTE, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:1000 ML, TIPO BOCA:BOCA LARGA, TIPO TAMPA:TAMPA ROSQUEÁVEL, ADICIONAL:AUTOCLAVÁVEL	UN.	30
10	LIGA DE DEVARDA EM PÓ. P.A.	G	200
11	PRATO EM ALUMINIO PARA ANALISADOR DE UMIDADE DA MARCA OHAUS MODELO MB45	UN.	3
12	Kit completo de Mangueiras para Destilador UDK 159, MARCA VELD Cientifica	CONJ	01

**Prazo de entrega previsto:** 90 (noventa) dias a partir do pedido de empenho.

**Local de entrega:** Laboratório de efluentes do SAAE – Rua Emma Gazzi Magnusson, 10 – Distrito Industrial Vitória Martini – Indaiatuba – SP.

⇒ Correrão por conta do fornecedor as despesas decorrentes do transporte, carregamento, descarregamento e entrega do material, nos locais determinados pelo gestor, nos limites desta municipalidade (frete CIF).

#### 4. Requisitos para a contratação

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**);
- Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativa a **Tributos Federais** (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- Certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- Declaração assinada por representante legal da licitante, de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, de acordo com o disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- Proposta Comercial com validade mínima de 30 (trinta) dias;
- Consulta ao site de apenados do Tribunal de Contas (realizado pela Autarquia).

#### 5. Infrações e sanções administrativas

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

5.1 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

5.1.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

5.1.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

5.1.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

5.1.4 Multa:

- a. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias*
- b. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*
  - i. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
- c. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 50% (cinquenta por cento) do valor da contratação.*

- d. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 100% (cem por cento) do valor da contratação.*
- e. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*
- f. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*
- g. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 50% (cinquenta por cento) do valor da contratação*

A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para o Contratante; e

- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **5. Das Condições de pagamento**

- a) O prazo para efetivação do pagamento é de 28 (vinte e oito) dias, por meio de depósito em conta bancária, após o devido recebimento e conferência da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestados pelo Departamento requisitante.
- b) A conferência e aprovação dos insumos será realizada pelo laboratório de efluentes do SAAE em até 05 (cinco) dias após sua entrega.

Indaiatuba, 19 de maio de 2026.

---

**Rafael Duarte Rossi**

Técnico de Controle de Qualidade

ETE Mario Araldo Candello